

A demografia na construção de uma visão temporal e territorial de Portugal*

Teresa Sá Marques

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT,
teresasamarques@gmail.com

Catarina Maia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, catarina.maia2@gmail.com

Diogo Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mrctgeo@gmail.com

Hélder Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, hfs75@hotmail.com

Sumário: A evolução da população é um tema central quando abordamos os desafios do desenvolvimento. Na atualidade, nos países europeus é frequente as questões demográficas virem associadas à crise social e económica destes territórios. Contudo, como refere Julio Pérez Díaz (2011), parece-nos de todo precipitado falarmos em crise demográfica e de um país em extinção. Não se trata de uma crise, porque as crises são geralmente fenómenos conjunturais e aqui estamos perante uma questão estrutural. País em extinção também não, no início do século XX éramos cerca de 5 milhões e em 2011 éramos mais de 10 milhões, estamos muito longe de qualquer situação catastrófica. O objetivo deste artigo visa desconstruir visões simplistas e generalistas sobre a evolução da população e trazer para a reflexão a dimensão territorial.

Palavras-chave: Demografia, evolução, território, Portugal.

Abstract: Population growth is a central issue when dealing with the challenges of development. Demographic issues are today frequently associated to the social and economic crisis of European countries. However, as Julio Pérez Díaz (2011) argues, it seems premature to talk of a demographic crisis and an endangered country. It is not a crisis, because crises are usually contingent and

*Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-006891 (Refª FCT: UID/GEO/04084/2013).

cyclical. It is rather a structural issue. It seems also that we are not dealing with an endangered country either. At the beginning of the 20th century, the population in Portugal stood at about 5 million, whereas in 2011, it was over 10 million. This paper intends to deconstruct simplistic and generalist views of population growth and to draw attention to the territorial dimension.

Keywords: Demography, evolution, territory, Portugal.

1. Enquadramento conceptual

A Teoria da Revolução Reprodutiva reúne numa única teoria as duas transições demográficas (MacInnes e Pérez Díaz, 2008; 2009). Aproveita a capacidade explicativa da demografia e coloca-a num lugar nuclear da modernização social. Tudo isto se obtém transferindo o protagonismo da perspetiva dos *stocks* para a perspetiva geracional. Substituem-se as estruturas de idades transversais pela dinâmica das idades nos ciclos de vida, e presta-se mais atenção às relações causais existentes entre a mortalidade e a fecundidade a partir de uma perspetiva intergeracional. Assim, podem-se quantificar as mudanças históricas na “eficiência reprodutiva” e analisar a sua relação com muitas outras mudanças sociais evidentemente vinculadas. Os papéis da mulher, as relações de género, os padrões de convivência, as estruturas familiares, inclusivamente o próprio envelhecimento demográfico, são explicados, hoje-em-dia, pela cultura, pelos valores, pela economia política e até pelas ideias religiosas.

O nosso entendimento é que tem havido alguma incapacidade em evidenciar o impacto das dinâmicas reprodutivas em todos esses âmbitos. Esta perspetiva vincula a mudança reprodutiva com as outras mudanças sociais, as sanitárias e epidemiológicas, as educativas e laborais, as residenciais, as da mobilidade, a dos estilos e da qualidade de vida. Assim, a demografia tem um papel na explicação das mudanças sociais e, por isso, contribui para uma melhor compreensão e um melhor planeamento das políticas relacionadas com as populações (como as políticas sociais, de saúde, das pensões, da educação e as económicas).

As dinâmicas demográficas podem integrar contributos de muitas áreas do conhecimento social. A conceção das populações enquanto *stocks* dá, assim, lugar a uma demografia dos “sistemas reprodutivos intergeracionais”, que tratam as populações como entes dinâmicos, históricos e geográficos, integrados em ciclos de vida completos, não sendo simples agregados atemporais e aterritoriais.

A mudança demográfica vivida pela humanidade desde o século XVIII é bem conhecida pelos demógrafos, mas tem sido descrita sobretudo por indicadores transversais (“Teoria da Transição

Demográfica", TTD) mas, seguindo Julio Pérez Díaz, ignorando a natureza sistémica e longitudinal da reprodução humana. O que é determinante na eficiência reprodutiva é o número de anos que um indivíduo vive (duração da vida), numa perspetiva longitudinal. Portanto, a mortalidade nas sucessivas gerações é central. Um sistema reprodutivo será tanto mais eficiente quanto menor número de nascimentos precisar para manter uma determinada população. Logo, a combinação entre a fecundidade e a sobrevivência é decisiva. Neste sentido, o importante é maximizar o número de indivíduos que sobrevivem para lá do início da sua vida reprodutiva. Depois, o foco está no tempo necessário para os indivíduos constituírem família e criarem os seus filhos (segundo Julio Pérez Díaz, "La Madurez de Masas", 2002).

No entanto, se as populações em idade de procriar diminuem (porque emigraram) ou aumentarem (porque imigraram), isso irá ter impactos determinantes na evolução da população. E aqui a análise também tem de ser longitudinal, analisando os sistemas reprodutivos intergeracionais, porque os que saem e os que entram têm estruturas etárias diversificadas. Aqui emerge claramente a dimensão territorial, porque há territórios que ganham e há outros que perdem, e alguns são perdedores ou ganhadores persistentemente ao longo de décadas.

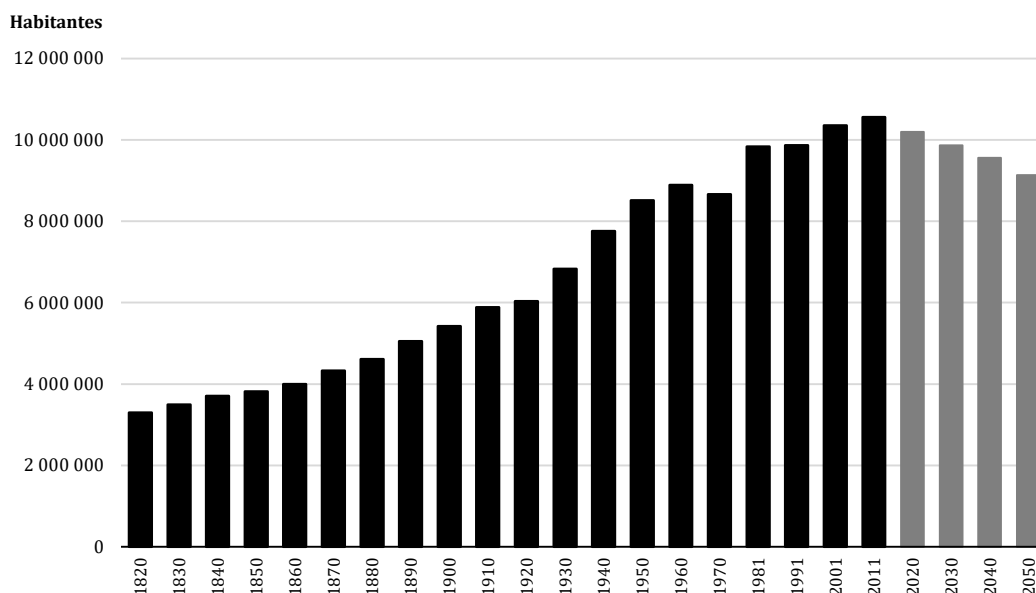
O objetivo deste artigo é demonstrar como é determinante o território nas análises da evolução da população, seguindo uma perspetiva sistémica e longitudinal da reprodução humana, pois as geografias incorporam as dinâmicas intergeracionais que acompanham os processos de desenvolvimento dos diferentes territórios. Iniciamos o artigo com uma análise longitudinal dos *stocks* de população em termos globais e em termos territoriais. Em seguida, analisamos de que forma os ciclos de vida em Portugal se tornaram mais longos, fazendo uma análise intergeracional entre 1950 e 2011 e perspetivando para 2040. Depois, analisa-se de que forma os ciclos de vida longos se repercutem em estruturas etárias mais dilatadas e analisa-se a eficiência reprodutiva em termos territoriais. Por fim, perante um cenário de alguma retração populacional, defende-se um caminho.

2. Evolução da população portuguesa

Seguindo a conceção da evolução da população enquanto *stock*, a população portuguesa aumentou até 2011 (figura 1). No período dos descobrimentos a população contava com 1 milhão de indivíduos, em finais do século XIX éramos cerca de 5 milhões e no último censo da população mais de 10 milhões. No século passado, registaram-se algumas crises refletindo a 1ª Guerra Mundial e os volumes de emigração dos anos sessenta. Para o futuro, as tendências demográficas

mostram um país em perda de população. E não é um fenómeno conjuntural, mas uma tendência clara que vai atravessar a maior parte do território nacional.

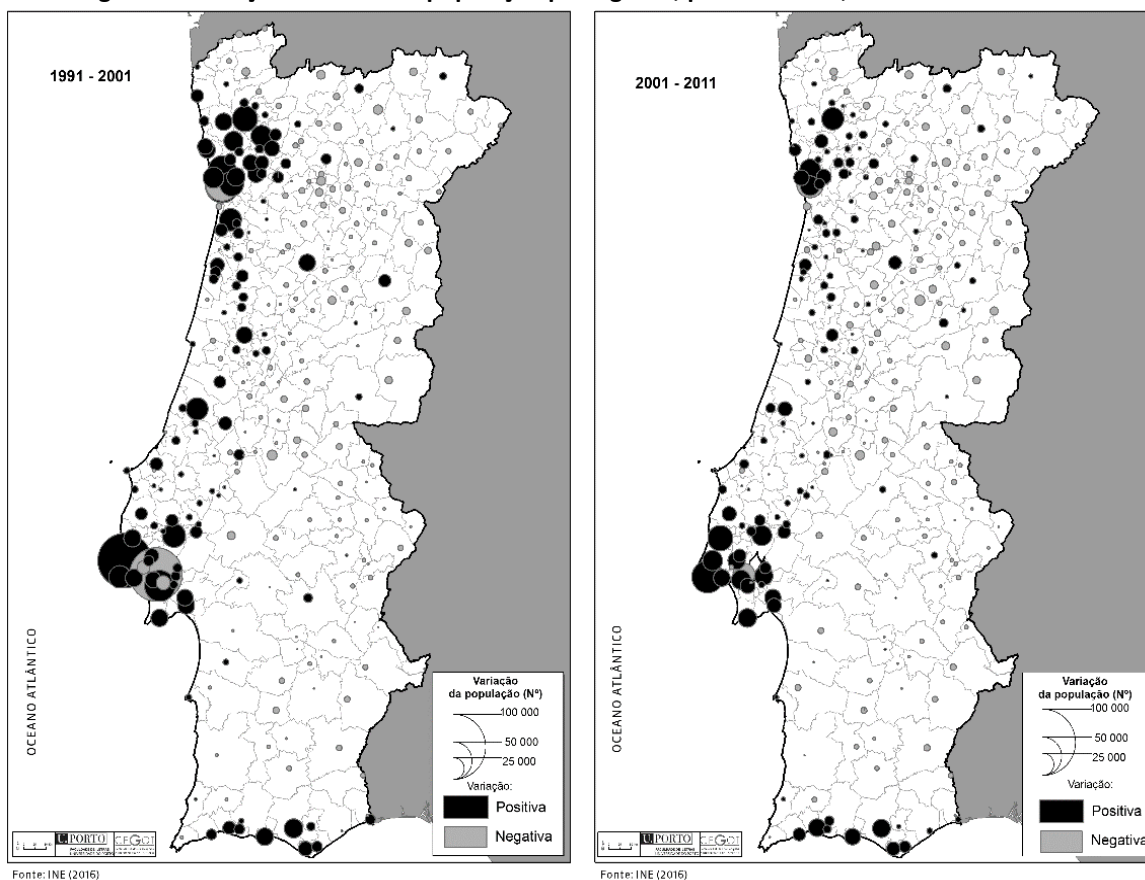
Figura 1 - População efetiva e estimada, em Portugal, entre 1820 e 2050



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos e Estimativas Anuais da População Residente); OCDE (2015); Castro et al. (2015).

A geografia da evolução dos *stocks* manifesta um comportamento espacial e temporal muito heterogéneo. Mas há uma verdade que é estrutural, uma grande parte do território nacional tem vindo progressivamente a perder os seus *stocks* populacionais ao longo de décadas. E estas dinâmicas negativas não se invertem com facilidade, porque são territórios que têm vindo insistentemente a baixar os seus *stocks* de população, sobretudo de populações em idade fértil. Uma grande parcela do território nacional, nos anos sessenta viu partir os mais jovens e os ativos, e os potencialmente mais férteis demograficamente.

Figura 2 - Variação absoluta da população portuguesa, por concelhos, 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 1991, 2001 e 2011).

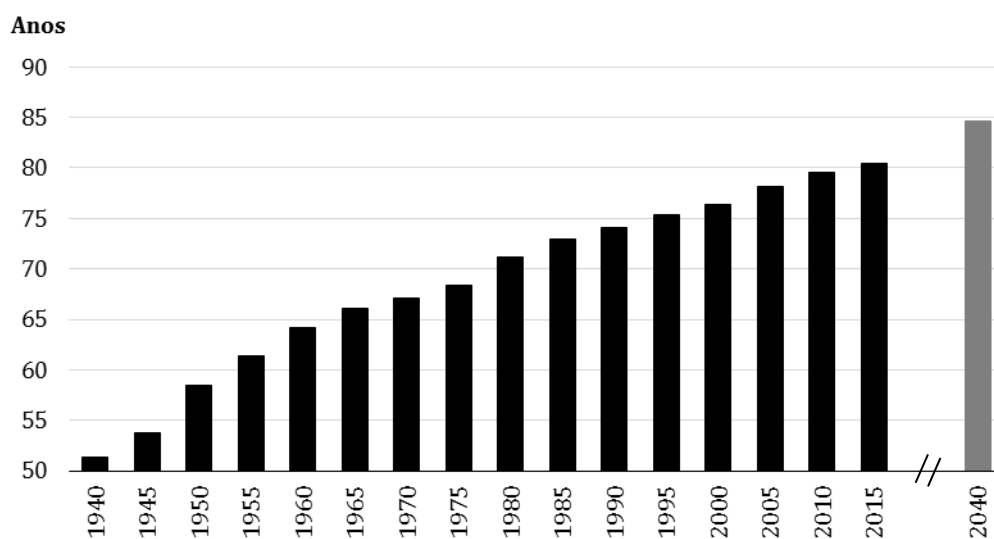
A dinâmica populacional na última década já mostra um país tendencialmente a retrair-se (figura 2). Na década de noventa do século XX, as duas regiões metropolitanas ainda estavam em expansão populacional, embora as freguesias centrais de Lisboa e do Porto estivessem em clara perda. No Norte destaca-se um extenso território a aumentar os seus *stocks* populacionais, de Viana do Castelo até Aveiro-Coimbra. Mais a sul emerge positivamente a região de Leiria e a metrópole de Lisboa com as periferias urbanas em franco crescimento populacional. Depois evidencia-se a faixa litoral do Algarve. Fora deste contexto territorial, só as freguesias urbanas das principais cidades médias conseguem aumentar de população, nomeadamente Bragança, Chaves, Mirandela, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora, entre outras.

Na primeira década do século XXI, os territórios em perda alastraram, as perdas intensificaram-se, nomeadamente no Noroeste, e algumas cidades médias passam também a perder população ou a aumentar menos. Só a Região de Lisboa e o Algarve mostram algum dinamismo.

3. Um ciclo de vida cada vez mais longo

O ciclo de vida dos indivíduos tem vindo a aumentar progressivamente e nunca foi tão longo em Portugal (figura 3). As pessoas vivem mais anos porque têm melhores condições de vida pelo progresso das condições básicas e de infraestruturação e de um maior acesso a cuidados de saúde, que lhes permite usufruir de um maior bem-estar e serem cidadãos ativos por mais tempo. Atualmente o desafio deixou de ser viver mais anos, mas viver mais anos com qualidade de vida.

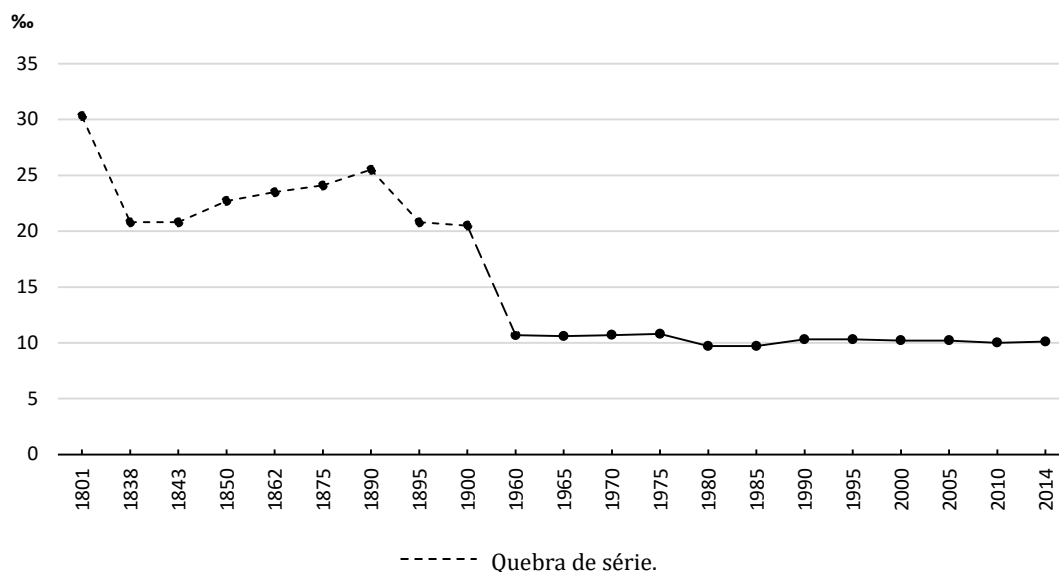
Figura 3 - Esperança de vida à nascença, entre 1940 e 2015 e para 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); Clio Infra (2016); Castro et al. (2015).

Ciclos de vida mais longos significam taxas de mortalidade mais baixas (figura 4). Em Portugal no início do século XIX, as taxas de mortalidade rodavam os 30,3 óbitos por 1000 habitantes, mas desde 1960 que a taxa de mortalidade estacionou nos 10,1 óbitos por 1000 habitantes. A quebra da taxa de mortalidade global justifica-se pela diminuição da taxa de mortalidade infantil.

Figura 4 - Taxa de mortalidade, entre 1801 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016), PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Estatísticas de Óbitos).

Segundo o INE, em 1940, a esperança de vida à nascença rondava os 52 anos. Em 1950, estava nos 58 anos (55,8 anos para os homens e 61,0 para as mulheres). Em 2010, passa para os 80 anos (76,7 anos para os homens e 82,5 para as mulheres). Para 2040, prevê-se que se aproxime dos 85 anos (81,8 anos nos homens e 87,3 nas mulheres) (Castro et al., 2015). Isto significa que, em Portugal, as mulheres sobrevivem mais anos do que os homens e, no futuro, estas tendências irão acentuar-se (tabela 1).

Tabela 1 - Indivíduos sobreviventes, por idade, em Portugal (%), 1950, 2010 e 2040

	Homens			Mulheres		
	1950	2010	2040	1950	2010	2040
50 anos	70%	94%	95%	76%	97%	98%
60 anos	60%	87%	90%	70%	95%	96%
70 anos	42%	76%	82%	56%	89%	93%
85 anos	9%	32%	48%	13%	54%	68%
100 anos	0%	0%	3%	0%	1%	7%

Fonte: Castro et al. (2015), p. 117.

Esta esperança de vida é justificada pela diminuição das taxas de mortalidade, em todos os grupos etários (tabela 2). A quebra é brutal nos primeiros anos de vida. No sexo masculino, no 1º ano de vida, as taxas diminuíram de 111,5 por mil habitantes em 1950 para 3,3 em 2012. Nos

quatro anos de vida seguintes, as taxas diminuíram de 13,6 por mil habitantes em 1950 para 0,2 por mil habitantes em 2012. Mas se acompanharmos os restantes grupos etários verificamos que entre 1950 e 2012 as taxas descem manifestamente mesmo nas idades mais avançadas. Em 2040, as taxas de mortalidade serão insignificantes nos primeiros 25 anos de vida e os que têm 85 a 89 anos mostram níveis de sobrevivência muito altos.

Tabela 2 - Taxas de mortalidade masculina e feminina, em alguns grupos etários, por mil habitantes, 1950, 1990, 2012 e 2040

	1950		1990		2012		2040	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
0-1	111,5	96,9	12,4	9,6	3,3	3,3	1,0	1,0
1-4	13,6	13,1	0,9	3,3	0,2	0,2	0,0	0,0
20-24	4,0	3,0	1,9	0,6	0,6	0,2	0,3	0,2
50-54	12,3	7,1	7,8	3,6	5,9	2,2	5,4	1,7
70-74	69,0	49,1	46,7	26,7	27,3	13,3	19,5	9,1
85-89	235,2	190,0	196,7	158,0	153,3	117,4	80,2	65,1

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Castro et al. (2015), p. 112-113.

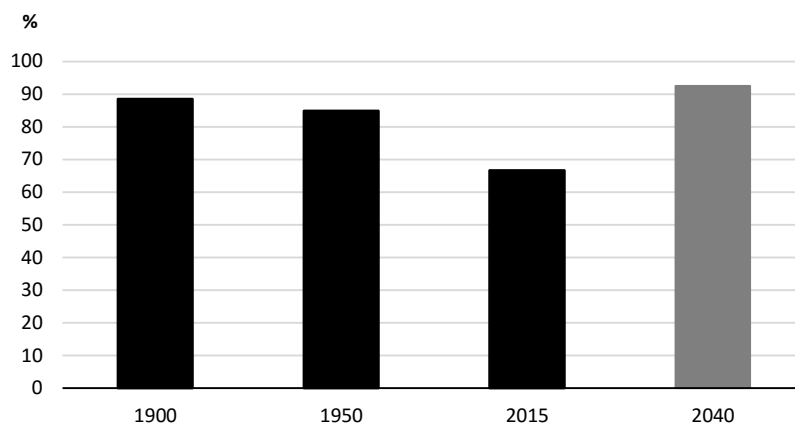
Numa perspetiva longitudinal, o que é importante é o número de anos que um indivíduo vive. Como referimos, a mortalidade nas diferentes gerações é determinante, pois é crucial maximizar o número de indivíduos que chega à idade reprodutiva e a partir daí sobreviver o máximo de tempo para ter filhos.

A diminuição sucessiva nas taxas de mortalidade por grupos etários e os aumentos contínuos de esperança de vida vão-se refletir em estruturas etárias cada mais envelhecidas.

4. Ciclos longos de vida e estruturas etárias envelhecidas

A crise demográfica aparece com um significado sobretudo político e económico (Pérez Díaz, 2011). Reflete uma preocupação com os níveis de dependência. Mas se refletirmos convenientemente, o índice de dependência total em 1900 e mesmo em 1950 não eram muito diferentes do atual (figura 5). E em 1900, o número de dependentes relativamente à população potencialmente ativa era 90%, tal como se estima que será em 2040. A situação atual é que é original, pois os potencialmente dependentes são quase 70% dos ativos.

Figura 5 - Índice de dependência total, de 1900 a 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); OCDE (2015).

Todo o discurso alarmista em torno do envelhecimento da população é, como refere Eduardo Castro et al. (2015), alarmista, superficial e sem rigor, e pode-se acrescentar preconceituoso. Se a evolução científica e tecnológica continuar aos ritmos atuais, iremos possivelmente viver ainda mais anos e de uma forma mais saudável. Além disso, o aumento da escolaridade irá repercutir-se na subida da produtividade dos ativos. Logo, Portugal tem de se focar nos investimentos para uma economia mais produtiva. Portugal não terá *stocks* de população em idade ativa disponíveis para uma estrutura produtiva intensiva em trabalho, logo tem de construir uma economia baseada em poucos recursos humanos, mas com elevados níveis de qualificações, numa economia mais intensiva em conhecimento, de maior produtividade (Castro et al., 2015).

O facto de as populações viverem mais anos evidencia o resultado do desenvolvimento e da modernização de uma sociedade. Logo não é um problema e muito menos um sintoma de uma crise que precisamos de corrigir (Pérez Díaz, 2016), mas um desafio que as políticas públicas têm de ser capazes de responder. A nossa sociedade evoluiu num contexto em que a dependência dos mais jovens era uma realidade presente nas famílias e na estrutura de oferta de serviços de apoio público. Com a inversão da pirâmide, a importância dos dependentes idosos ganha uma grande expressão e as famílias e as políticas públicas têm de passar também a dirigir os seus recursos para os residentes que têm mais idade.

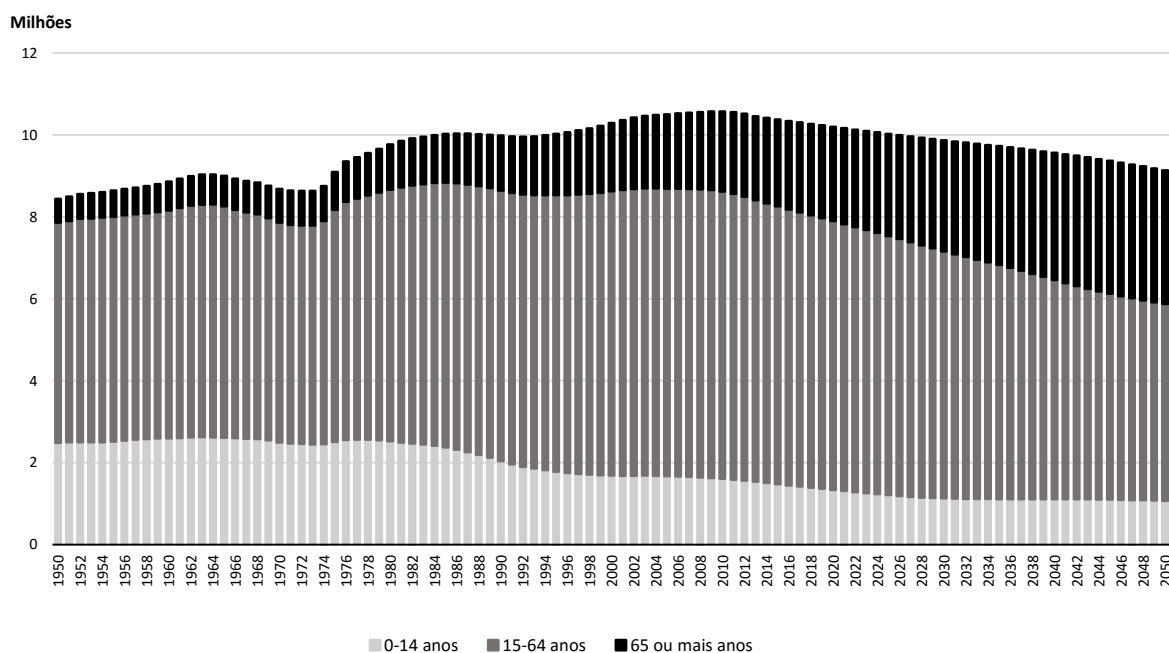
O que assistimos na Europa, dada a situação económica, é um discurso a favor da diminuição da despesa pública, que tende a privilegiar a transferência de alguns serviços públicos para a esfera dos privados, numa lógica de promover a atividade económica. Além disso, enfatiza-se a

necessidade de diminuir o papel do Estado com a pseudo-desculpa da elevação dos custos associados ao envelhecimento demográfico (ESPON, 2014).

É verdade que a população tem vindo a viver cada vez mais anos (figura 6). Em Portugal, perspetiva-se que em 2040, 32,4% da população terá mais de 65 anos de idade, e 17,5% mais de 75 anos (OCDE, 2015). Mas se uma população vive mais anos tem também mais anos de vida ativa e de quotização de impostos, e ainda de poupança e de capacidade de investimento.

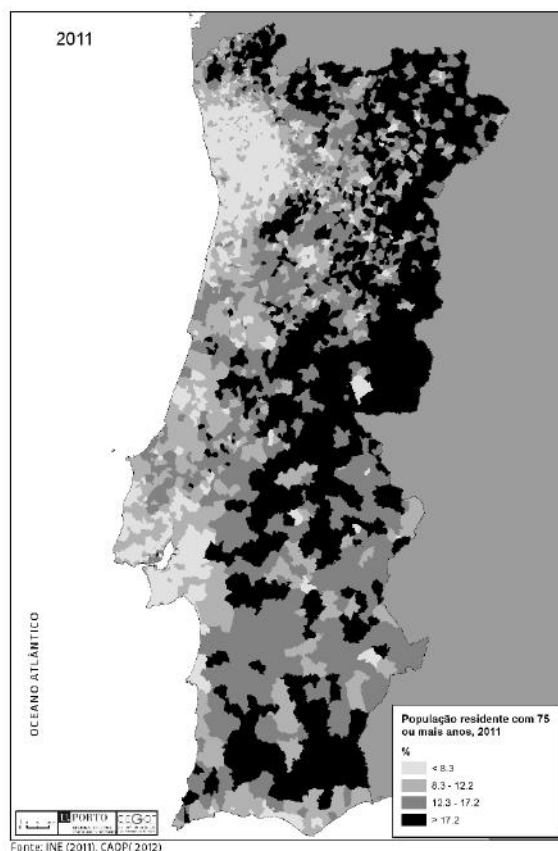
Em termos territoriais, a questão coloca-se de outra forma. É certo que a população portuguesa tem vindo a aumentar e que o ciclo de vida é mais longo, mas em termos territoriais, alguns territórios têm vindo a ganhar mais população que outros, e os que ganham atraem as populações mais jovens e ativas, logo os que estão a perder estão a desfazer-se dos seus recursos reprodutivos e a hipotecar o futuro dos seus territórios. Analisando os mapas da estrutura etária, verifica-se um claro envelhecimento das estruturas etárias numa extensa superfície do país, sobretudo do interior (figura 7).

Figura 6 - População residente por grupos etários (1950-2040)



Fonte: Elaboração própria. Dados OCDE (2015).

Figura 7 - População residente com mais de 75 anos (%) por freguesia, em 2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 2011).

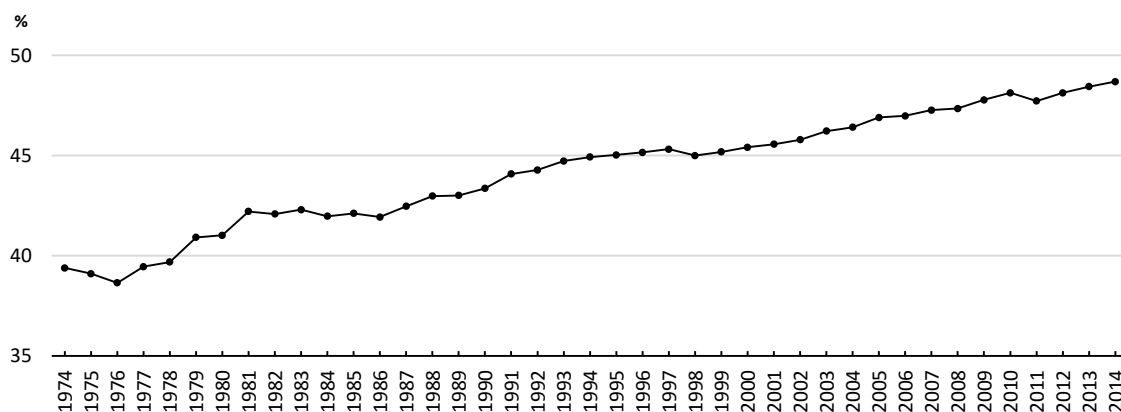
Portanto, o problema não está nos ciclos de vida longos ou nas estruturas etárias mais envelhecidas da população portuguesa, mas nas dinâmicas que se observam em determinados territórios. Insistentemente, em décadas sucessivas, um extenso território nacional esteve em perda demográfica, assistindo à saída das populações mais jovens. São décadas consecutivas de perdas de populações, de indivíduos que saem quando estão a entrar na idade fértil. Estas quebras contínuas são estruturalmente muito difíceis de inverter. Simultaneamente, os territórios ganhadores (com uma estrutura etária mais jovem) estão cada vez mais circunscritos ao noroeste português e à região de Lisboa. E isto não é nenhuma crise demográfica, mas uma dinâmica. No futuro a população portuguesa vai tendencialmente diminuir, logo poderá haver escassez de população em idade ativa e os territórios poderão concorrer ainda mais pelos recursos humanos escassos. E a concorrência será geral.

5. Eficiência Reprodutiva

A população é cada vez mais escolarizada e o acesso ao ensino é mais generalizado, nomeadamente para as mulheres, que se mantêm mais anos na escola e têm maior participação no mercado de trabalho e na sociedade em geral. A queda da fecundidade é sobretudo o reflexo destas dinâmicas positivas.

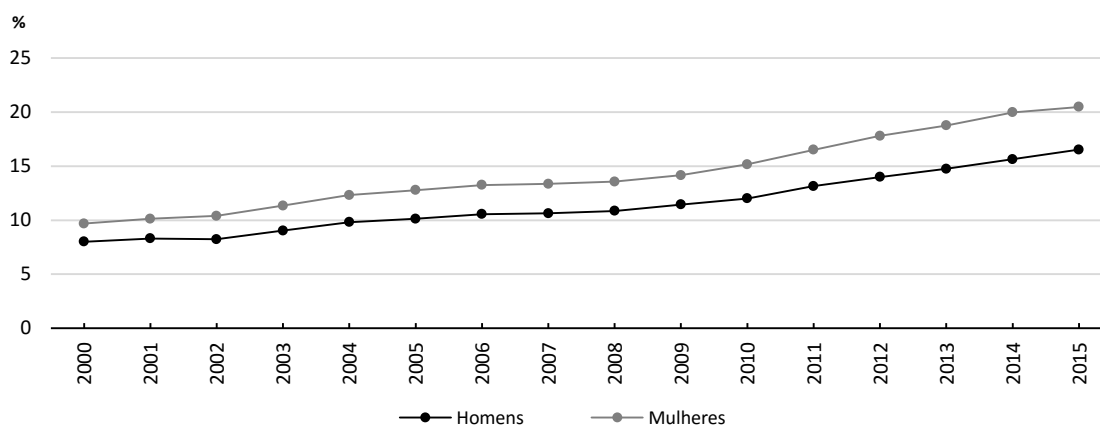
Em 40 anos, entre 1974 e 2014, o peso da mulher na população ativa aumentou de cerca de 40% para quase 50% (figura 8). Além disso, os níveis de escolaridade das mulheres têm aumentado a um ritmo bastante elevado (superior ao do homem) (figura 9), refletindo-se na diversificação das suas expectativas de vida, no adiamento ou no declínio da sua função reprodutiva, e no aumento da sua liberdade e do seu papel na sociedade.

Figura 8 - Peso do sexo feminino na população ativa, entre 1974 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fontes de dados: INE).

Figura 9 - População residente com 15 ou mais anos, por sexo, com nível de escolaridade igual ou superior ao secundário, no total da população com 15 ou mais anos, entre 2000 e 2015

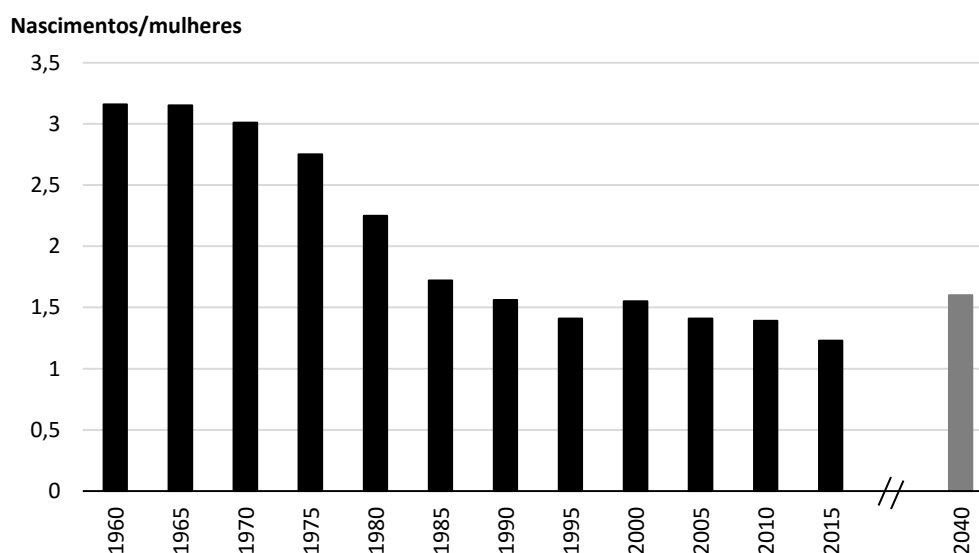


Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE- Indicadores Demográficos).

Esta mudança vai refletir-se diretamente na diminuição da fecundidade (figura 10 e 11), colocando Portugal como o país da União Europeia com a taxa de fecundidade mais baixa atualmente. Desde 1960 que o número médio de filhos por mulher regista uma tendência decrescente: em 1960, a média nacional era de 3,16 filhos por mulher e, em 2014, a média nacional situava-se em 1,23 filhos por mulher (a média da União Europeia era de 1,58).

Territorialmente, as mudanças são significativas (entre 2001 e 2014). Há uma clara diminuição do índice sintético de fecundidade por toda a superfície do território português, sobressaindo-se, em 2014, apenas algumas das áreas mais urbanas (sobretudo em torno de Lisboa) e algumas cidades médias (figura 11), que apresentam valores superiores à média nacional.

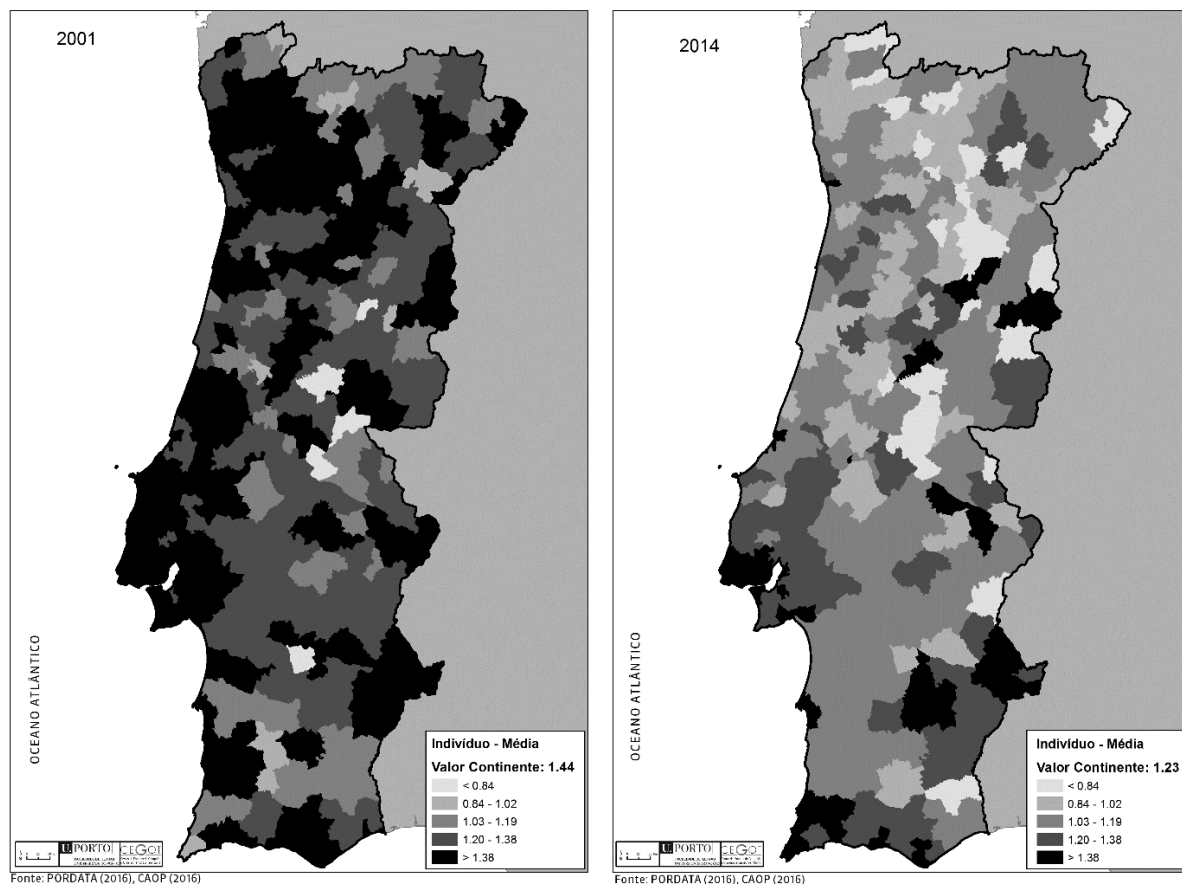
Figura 10 - Índice sintético de fecundidade, entre 1960 e 2015 e para 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Indicadores Demográficos); Castro et al. (2015).

Seguindo, a “teoria da eficiência reprodutiva” (Macinnes e Pérez Díaz, 2008; 2009), a modernização demográfica pressupõe um reforço da “eficiência reprodutiva”. Deve-se observar a população como um sistema dinâmico, analisando a quantidade de nascimentos, em cada momento temporal, necessários para uma população se manter. A fecundidade é importante, mas não é o central, porque o que é determinante é o tempo que cada indivíduo vai viver. A taxa de mortalidade infantil, no primeiro ano e até aos cinco anos vão ser decisivas (figura 12).

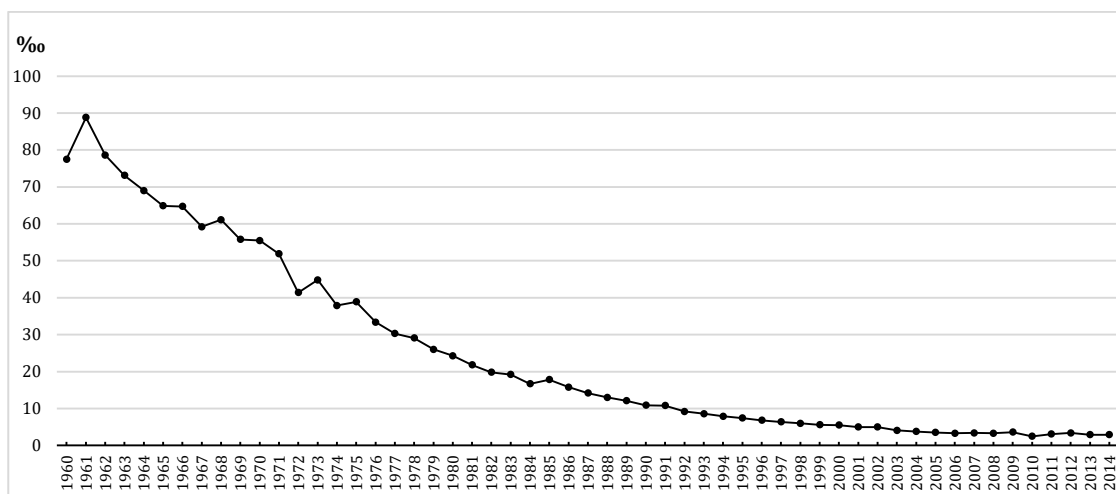
Figura 11 - Índice sintético de fecundidade, em 2001 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Indicadores Demográficos).

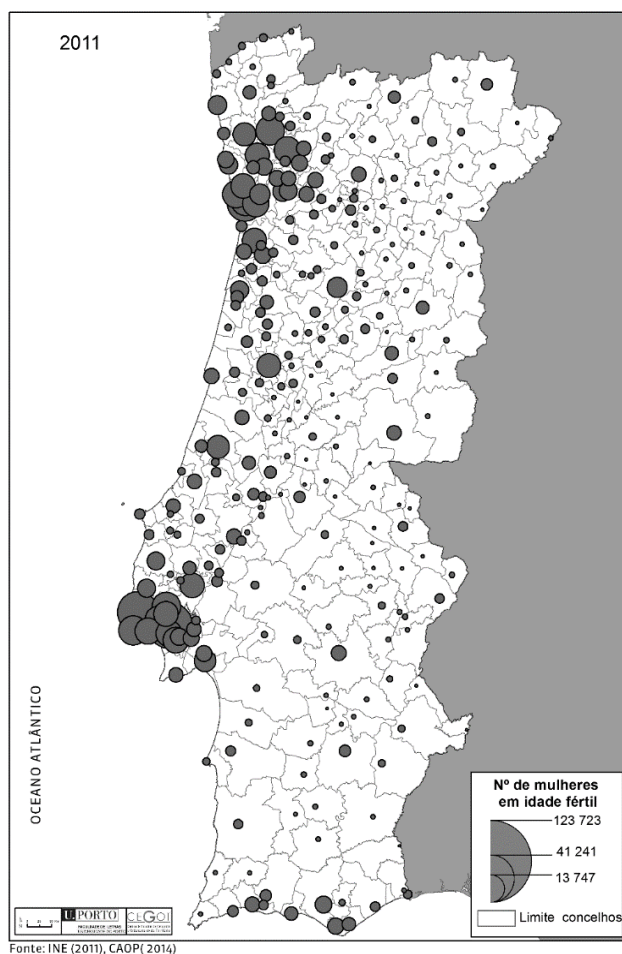
Como já se referiu, Portugal foi exemplar na sua diminuição de mortalidade, pois nos anos sessenta faleciam por ano entre 12 a 19 mil dos nados vivos, e atualmente as possíveis ocorrências são claras exceções. A taxa de mortalidade infantil, em 1960 era de 77,5‰, enquanto em 2014 passa para 3‰ (figura 12). Com a quebra de mortalidade nos primeiros anos de vida, a sobrevivência aumentou para aqueles que passaram a chegar à idade de procriar. Logo, para a mesma dimensão populacional passou-se a precisar de menos nascimentos.

Figura 12 - Mortalidade infantil (%), entre 1960 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fontes de dados: INE - Estatísticas de Óbitos).

Figura 13 - Mulheres em idade reprodutiva face ao total de mulheres, por freguesia, 2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 2011).

Esta revolução é intergeracional, porque se uma geração sobrevive vai contribuir de uma forma mais eficaz para a sua reprodução, e assim sucessivamente. Trata-se de um ciclo acumulativo que se reflete numa revolução demográfica. Logo o problema não está só na quebra da fecundidade, mas na dimensão da população em idade reprodutiva. Em termos territoriais, as áreas de baixa densidade têm uma percentagem muito baixa de população feminina em idade fértil o que compromete o ciclo reprodutivo, independentemente dos níveis de fecundidade (figura 13).

6. Um balanço

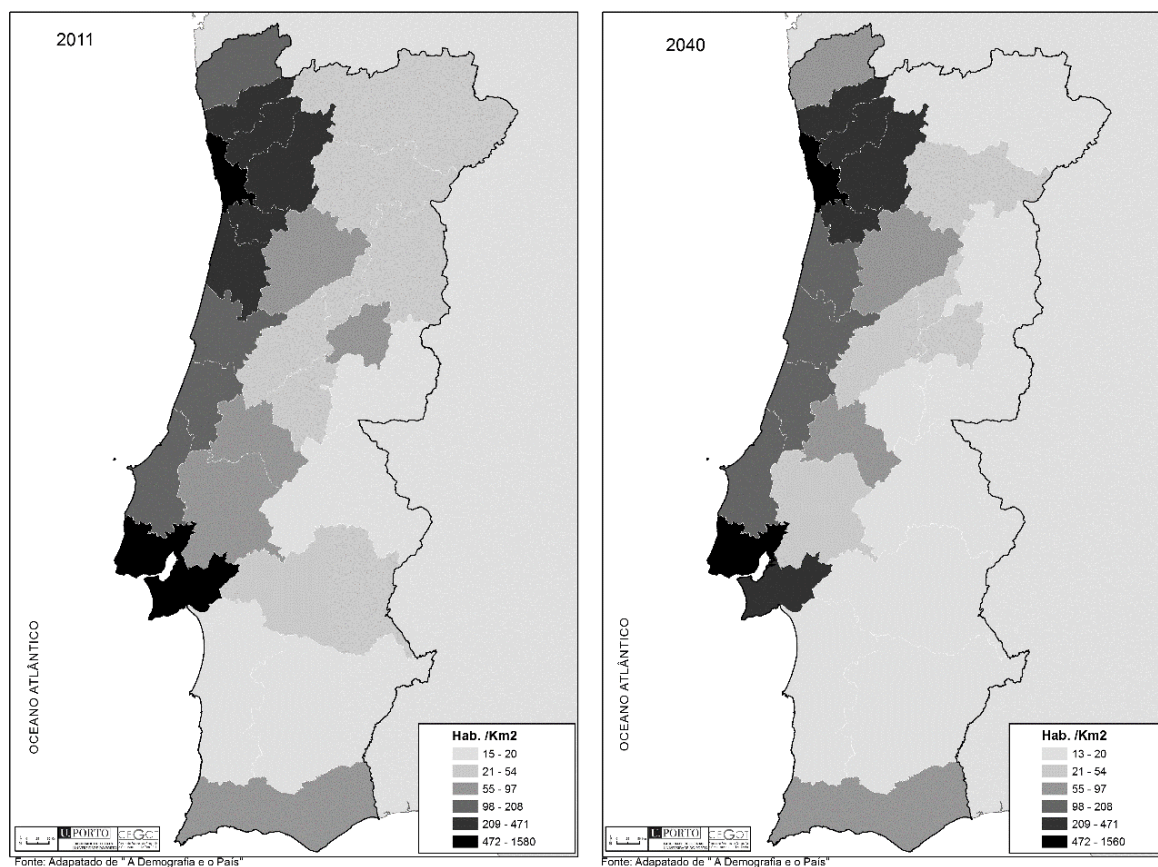
Territorialmente, sempre fomos mais povoados a norte que a sul, no litoral do que no interior e os diferentes processos demográficos demonstram comportamentos diversificados a nível temporal e territorial (figura 14). Assim, esta análise retratou uma visão temporal e geográfica da demografia, de forma a refletirmos os desafios ancorados no tempo e nos territórios, no passado e no presente, para coletivamente refletirmos o futuro.

Em termos de cenários para o futuro, o aumento desejável da fecundidade só terá consequências daqui a vinte ou trinta anos. Deste modo, a estratégia passa por prestar uma atenção especial à necessidade de políticas públicas mais integradas, centradas nas pessoas e na evolução dos territórios, em termos económicos, políticos e culturais. E aqui a demografia é central e tem sido muito esquecida pelas políticas públicas.

Segundo as projeções demográficas (para 2040, Castro et al., 2015; para 2050, a OCDE, 2015), a população portuguesa vai diminuir, com intensidades diferentes de acordo com os diferentes cenários. A diminuição populacional vai ter impactos na estrutura etária dos diferentes territórios, reforçando a concentração populacional e a atratividade das populações em idade fértil para determinadas áreas geográficas do país (sobretudo os espaços metropolitanos) e intensificando a perda populacional, nomeadamente das populações em idade fértil, numa extensa superfície do território nacional (figura 13).

Os mais jovens e mais escolarizados serão atraídos pelos territórios com uma oferta superior de oportunidades, mais diversificada e com melhores remunerações. Os territórios de baixa densidade, menos populosos terão grandes dificuldades em responder a bases económicas que sejam intensivas em trabalho. Parece-nos que a solução passará por refletirmos de que forma podemos construir uma economia baseada em poucos recursos humanos, mas com elevadas qualificações, numa economia intensiva em conhecimentos e de maior produtividade. Dificilmente seremos capazes de reverter estas situações. A sociedade e o território mudaram, logo os desafios devem ser reequacionados.

Figura 14 - Densidade populacional por NUT III, em 2011 e 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados Castro et al., 2015, p. 188.

Referências

Arango, J. (1980). La teoría de la transición demográfica y la experiencia histórica. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis)*, 10, 169-198.

Avdeev, A.; Eremenko, T.; Festy, P; Gaymu, J.; Le Bouteillec, N.; Springer, S. (2011). Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010). *Population*, 66(1), 9-133.

Bandeira, M.; Azevedo, A.; Gomes, C.; et al. (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa. 1950-2011 Evolução e Perspetivas*. [online]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [junho, 2016]. Disponível em: https://www.ffms.pt/upload/docs/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populac_efe8FbqdjUGZx3LduUlzgg.pdf

Castro, E.; Martins, J.; Silva, C. (2015). *A Demografia e o País: Previsões Cristalinas sem Bola de Cristal*, Gradiva.

ESPON (2010). DEMIFER - *Demographic and Migratory Flows affecting European Regions and Cities* [online]. [junho, 2016]. Disponível em: https://www.espon.eu/main/Menu_Projects/Menu_ESPON2013Projects/Menu_AppliedResearch/ET2050.html

ESPON (2014). *Demographic trends and scenarios* (vol. 2). [online]. ET2050 - Territorial Scenarios and Visions for Europe [junho, 2016]. Disponível em: https://www.espon.eu/main/Menu_Projects/Menu_ESPON2013Projects/Menu_AppliedResearch/demifer.html

Ferrão, J.; André, I; Malheiros, J.; Marques, T.; Pinto-Correia, T. (2005). *População e Território* (Parte II). In Medeiros, C. (eds.) *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Sociedades*. Lisboa: Círculo de Leitores, 49-140.

Lesthaeghe, R. (1991). *The second demographic transition in Western Countries: an interpretation*. Brussels: Princeton University Library.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2009). The reproductive revolution. *The Sociological Review*, 57 (2), 262-284.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2008). La tercera revolución de la modernidad: la reproductiva. *Revista española de investigaciones sociológicas*, 122, 89-118.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2008). *Transformations of the World's Population: the Demographic Revolution*. In Turner, B. (Eds). *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*: Wiley-Blackwell, 137-161.

Marques, T. (2004). *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.

OCDE (2015). *How's Life? 2015: Measuring Well-being*. Paris: OCDE Publishing.

Pérez Díaz, J. (2002). La Madurez de Masas [online]. [janeiro, 2016]. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/MadurezMasas.pdf>

Pérez Díaz, J.; Abellán García, A. (2015). *Envejecimiento y dependencia*. In Torres Albero, C. -Ed, España 2015. Situación Social. Madrid: CIS, 148-157.

Rosa, M. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

UNITED NATIONS (2013). *World Population Prospects: The 2012 Revision, Highlights and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP.228. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.